



**1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2026 PARA INGRESSO NO PROGRAMA
DE ESTÁGIO DA JUSTIÇA FEDERAL DA SEXTA REGIÃO – SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA DE JUIZ DE FORA/MG**

Área: DIREITO

PROVA OBJETIVA

Orientações para a prova

1. Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 (cinquenta) questões objetivas.
2. Confira este caderno e a folha de respostas, verificando se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
3. Escreva seus dados no espaço indicado nesta folha. Na folha de resposta, o candidato deve escrever, no local indicado, somente seu nome completo.
4. Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
5. Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu, preenchendo completamente o quadrado correspondente.
6. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. Não haverá tempo adicional para preenchimento da folha de respostas.
7. Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após o transcurso de uma hora a contar do início da prova.
8. Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, para futura conferência.
9. Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações do Edital continuam válidas.
10. Informações adicionais poderão ser obtidas no setor de Recursos Humanos/SESAP.JFA através do e-mail concurso.jfa@trf6.jus.br ou no link <https://portal.trf6.jus.br/estagiarios-subsecoes/juiz-de-fora/>

BOA SORTE!

Aguarde a ordem do fiscal para abrir este caderno de questões.

INFORMAÇÕES DO(A) CANDIDATO(A):

Nome completo: _____

CPF: _____

1) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I. Construir uma sociedade restrita, justa e solidária.
- II. Garantir o desenvolvimento internacional.
- III. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- IV. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Julgue os itens em verdadeiro ou falso:

- A) V – F – F – V.
- B) V – V – F – V.
- C) V – V – F – F.
- D) F – F – V – V.
- E) V – V – V – V.

2) O sistema penal brasileiro é regido por princípios constitucionais que limitam o poder do Estado de punir, refletindo o respeito à vida e à dignidade humana. Um desses limites fundamentais refere-se às espécies de penas proibidas no país. Considerando o que a Constituição Federal dispõe expressamente sobre a pena de morte, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE a regra vigente no Brasil.

- A) A pena de morte é proibida como regra, sendo admitida unicamente em caso de guerra declarada, nos termos da Constituição.
- B) A pena de morte é permitida para crimes hediondos, como terrorismo e latrocínio, desde que a decisão seja unânime pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- C) A pena de morte é absolutamente proibida no Brasil, não havendo nenhuma exceção em que sua aplicação seja possível, nem mesmo em tempos de guerra.
- D) A pena de morte pode ser aplicada em caso de estado de sítio, desde que autorizada pelo Presidente da República, sem a necessidade de aprovação do Congresso Nacional.
- E) A pena de morte é proibida no território nacional, salvo se houver prévia autorização por meio de emenda constitucional ou em decorrência de sentença condenatória proferida por Tribunal Penal Internacional (TPI) ratificado pelo Brasil.

3) João, estudante de Direito em Juiz de Fora, associou-se a uma entidade civil legalmente constituída que tem por objetivo a promoção de debates acadêmicos regionais. Após alguns meses, por motivos pessoais, João decidiu que não desejava mais fazer parte da referida associação. À luz das disposições expressas da Constituição Federal de 1988 sobre o direito de associação, assinale a alternativa CORRETA:

- A) João poderá se desligar da associação a qualquer momento, uma vez que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- B) Para que João se desligue da associação, é necessária a prévia autorização da mesa diretora da entidade ou de ato do Poder Judiciário.

C) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado.

D) A criação de associações e a de cooperativas, na forma da lei, dependem de autorização prévia do Estado, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

E) João poderá ser mantido compulsoriamente na associação caso o estatuto social da entidade preveja uma cláusula de permanência mínima obrigatória de um ano.

4) Considere a estrutura constitucional da República Federativa do Brasil, que rege as relações internas e a condução do Estado no cenário internacional. Com base nos Princípios Fundamentais e nos Direitos Coletivos expressos na Carta Magna, assinale a alternativa CORRETA:

A) O princípio da prevalência dos direitos humanos rege a República Federativa do Brasil estritamente em suas relações internas e federativas.

B) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

C) A lei penal poderá retroagir sempre que for para beneficiar ou para agravar a situação do réu, desde que haja relevante interesse social ou ordem judicial fundamentada.

D) A cidadania e a dignidade da pessoa humana são consideradas objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, devendo ser promovidas ativamente pelo Poder Executivo.

E) Constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a concessão de asilo político aos estrangeiros perseguidos por crimes comuns em seus países de origem.

5) A competência da Justiça Federal é fixada de forma expressa e taxativa na Constituição Federal de 1988, delimitando a atuação dos juízes federais em razão da matéria, das pessoas envolvidas ou da natureza da infração. Diante das regras constitucionais vigentes sobre a competência dos juízes federais, assinale a alternativa CORRETA:

A) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, inclusive as de falência e as de acidentes de trabalho.

B) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho e, de forma absoluta e irrestrita, todo e qualquer crime cometido a bordo de navios ou de aeronaves.

C) Os juízes federais detêm competência para processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções.

D) As causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional devem ser processadas e julgadas perante a Justiça Estadual do local de domicílio do autor da ação.

E) Compete à Justiça Federal julgar os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de qualquer autoridade federal, abrangendo expressamente os atos praticados por Ministros de Estado e pelos Tribunais Superiores.

6) No que tange aos servidores públicos e à estabilidade prevista no texto constitucional (Art. 41 da CF/88), analise as opções abaixo e selecione a CORRETA:

- A) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- B) O servidor público estável apenas perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, não sendo admitida a perda por processo administrativo.
- C) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- D) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- E) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização retroativa.

7) Acerca das garantias constitucionais e da gratuidade dos atos processuais, de acordo com o texto da Carta de 1988, é CORRETO afirmar:

- A) O mandado de segurança é o remédio cabível para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, mesmo quando o direito já estiver amparado por *habeas corpus*.
- B) O autor de ação popular, salvo comprovada má-fé, fica isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- C) O *habeas corpus* será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, sendo exigível a capacidade postulatória (assinatura de advogado) para sua impetração.
- D) A organização sindical ou entidade de classe só possui legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo em favor de seus associados se estiver em funcionamento há pelo menos dois anos.
- E) O foro competente para o julgamento de mandado de segurança é definido em razão da dignidade do cargo da autoridade impetrada ou da natureza da matéria, sendo sempre julgado em primeira instância no caso de prefeitos municipais.

8) No que concerne aos princípios da Administração Pública, previstos expressamente no "caput" do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O princípio da legalidade administrativa determina que o administrador público pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe.
- B) O princípio da impessoalidade veda que constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos e obras públicas.
- C) O princípio da eficiência foi incluído no texto constitucional original de 1988, visando garantir a hígidez dos processos administrativos.

D) O princípio da publicidade é absoluto, não admitindo exceções, mesmo quando o sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

E) O princípio da moralidade administrativa exige apenas a observância da lei formal, sendo desnecessária a análise de aspectos éticos ou de boa-fé.

9) Sobre os atos administrativos, especificamente quanto ao desfazimento de atos eivados de vícios ou por razões de interesse público, assinale a opção CORRETA:

A) A revogação é o ato pelo qual a Administração extingue um ato administrativo legítimo e eficaz por razões de conveniência e oportunidade.

B) A anulação opera efeitos *ex nunc* (não retroativos), atingindo apenas os efeitos futuros do ato administrativo ilegal.

C) O Poder Judiciário possui competência para revogar atos do Poder Executivo quando considerar que o ato é inoportuno para o interesse público.

D) Somente o Poder Judiciário tem competência para anular atos administrativos que apresentem vício de legalidade.

E) Atos que apresentam defeitos sanáveis não podem, sob nenhuma hipótese, ser convalidados pela Administração.

10) De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/1990), constitui uma forma de provimento de cargo público:

A) Exoneração.

B) Redistribuição.

C) Reversão.

D) Remoção.

E) Substituição.

11) A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações), é CORRETO afirmar:

A) Configura ato de improbidade administrativa a ação ou omissão decorrente apenas de culpa (negligência), sem necessidade de comprovação de dolo.

B) Os sucessores daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não estão sujeitos a qualquer cominação desta lei.

C) Apenas o cidadão, no pleno gozo de seus direitos políticos, detém legitimidade para representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

D) O mero exercício da função pública, sem a prova de intenção dolosa ilícita, afasta a responsabilidade por improbidade administrativa.

E) Estão sujeitas às sanções da lei apenas as autoridades de alto escalão, não se aplicando aos estagiários ou servidores temporários.

12) São espécies de atos administrativos, exceto:

A) Negociais.

- B) Enunciativos.
- C) Punitivos.
- D) Ordinários.
- E) Indicativos.

13) Os atos administrativos, enquanto manifestações unilaterais de vontade da Administração Pública, possuem elementos estruturantes (requisitos de validade) e atributos específicos que lhes conferem regime jurídico próprio. Enquanto os pressupostos de fato e de direito que determinam a sua prática configuram o motivo, e o resultado prático de interesse público objetivado representa a finalidade, o ato é dotado de prerrogativas e características singulares. Com base na doutrina e no regime jurídico administrativo, assinale a alternativa que apresenta corretamente dois atributos do ato administrativo:

- A) Presunção de legitimidade e imperatividade.
- B) Autoexecutoriedade e controladoria.
- C) Tipicidade e construtividade.
- D) Imperatividade e fragmentariedade.
- E) Legalidade e conservatividade.

14) Um motorista de um Tribunal, dirigindo um veículo oficial, colide com um carro particular por pura negligência (alta velocidade). O Estado indeniza o particular e agora busca o ressarcimento junto ao motorista. Nesse caso:

- A) O motorista responde objetivamente, independentemente de ter tido culpa ou dolo.
- B) O motorista não pode ser processado, pois o risco é inteiramente do Estado.
- C) O motorista só responde se houver condenação criminal prévia.
- D) O motorista responde subjetivamente, cabendo ao Estado provar o dolo ou a culpa no exercício da função em ação de regresso.
- E) O particular prejudicado poderia ter ajuizado a ação de indenização diretamente contra o motorista do Tribunal, de forma solidária com o Estado, cabendo ao servidor o ônus de provar a ausência de sua culpa ou dolo.

15) Sobre a contagem de prazos no Código de Processo Civil (Art. 219), assinale a alternativa CORRETA:

- A) Os prazos fixados por meses ou anos contam-se apenas em dias úteis.
- B) Na contagem de prazo em dias, computar-se-ão somente os dias úteis.
- C) Os prazos processuais para o Ministério Público e Defensoria Pública são contados em dias corridos.
- D) A contagem em dias úteis aplica-se também aos prazos de natureza material.
- E) O dia do começo e o dia do vencimento são sempre incluídos na contagem.

16) A jurisdição e o direito de ação constituem pilares do direito processual civil contemporâneo, sendo disciplinados logo nos capítulos iniciais da legislação processual. Considerando as normas expressas do Código de Processo Civil (CPC) sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Para postular em juízo é desnecessário ter interesse e legitimidade.
- B) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme a Constituição Federal.
- C) O processo começa sempre por iniciativa das partes e se desenvolve exclusivamente por impulso destas.
- D) A jurisdição brasileira não admite que as partes escolham o foro de eleição.
- E) A cooperação internacional não pode ser utilizada para atos de citação no exterior.

17) Sobre a Tutela Provisória (Arts. 294 a 311 do CPC), assinale a alternativa CORRETA:

- A) A tutela de urgência independe da probabilidade do direito.
- B) A tutela de evidência exige sempre a demonstração de perigo de dano.
- C) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- D) Não é possível a concessão de tutela de urgência em caráter antecedente.
- E) O juiz nunca pode exigir caução para conceder a tutela de urgência.

18) Os deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo civil são orientados pelos princípios da boa-fé objetiva e da cooperação, funcionando como limites éticos à atuação dos sujeitos processuais. Consideradas as normas expressas do Código de Processo Civil que disciplinam os deveres dos sujeitos do processo, assinale a alternativa CORRETA:

- A) É lícito aos litigantes expor os fatos em juízo de maneira fragmentada ou relativizada, segundo a conveniência de seus interesses particulares, ainda que distorçam a realidade fática.
- B) Constitui dever dos sujeitos processuais não formular pretensão ou apresentar defesa quando cientes de que são manifestamente destituídas de fundamento.
- C) Admite-se a criação de embaraços casuísticos à efetivação das decisões judiciais, de natureza provisória ou definitiva, desde que amparada no estrito dever de proteção e salvaguarda do constituinte.
- D) É facultado às partes omitir deliberadamente do juízo a subsistência de elementos probatórios que venham a favorecer os interesses da parte adversa.
- E) É lícito aos sujeitos do processo inovar livremente no estado de fato de bem ou direito litigioso, desde que fundamentado no poder geral de cautela.

19) Nos termos da Lei nº 10.259/2001, qual é o valor da causa limite para a competência do Juizado Especial Federal Cível?

- A) 20 salários mínimos.
- B) 40 salários mínimos.

- C) 60 salários mínimos.
- D) 80 salários mínimos.
- E) 100 salários mínimos.

20) No que concerne ao Litisconsórcio, conforme as normas expressas do Código de Processo Civil (Arts. 113 a 118), assinale a alternativa CORRETA:

- A) O litisconsórcio será considerado unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz puder decidir o mérito de modo distinto para cada um dos litisconsortes.
- B) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou a instrução.
- C) O litisconsórcio é necessário em todos os casos em que houver afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.
- D) Nos casos de litisconsórcio necessário, o juiz, verificando a ausência de um dos litisconsortes, deverá extinguir o processo imediatamente, sem a concessão de prazo para a regularização da relação processual.
- E) Os atos e as omissões de um dos litisconsortes sempre beneficiarão os demais, ainda que o litisconsórcio seja simples.

21) Considerando a lei penal no tempo (Art. 2º do CP), assinale a alternativa CORRETA:

- A) A lei posterior que deixa de considerar o fato como crime mantém a execução da pena.
- B) A lei posterior que favorece o agente não se aplica se já houver trânsito em julgado.
- C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- D) A lei penal mais severa nunca retroage, mesmo em crimes permanentes.
- E) O crime considera-se praticado no momento em que se produz o resultado.

22) Sobre a Teoria do Crime (Arts. 13 a 28 do CP), diz-se o crime CONSUMADO quando:

- A) O agente inicia a execução, mas não atinge o fim.
- B) Nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- C) O agente desiste voluntariamente de prosseguir.
- D) O meio empregado é absolutamente ineficaz.
- E) O agente repara o dano antes da denúncia.

23) A teoria do erro assume papel fundamental na dogmática penal brasileira ao disciplinar as hipóteses em que o agente atua sob uma falsa percepção da realidade fática ou jurídica. No que concerne às regras expressas e aos efeitos jurídicos do erro de tipo e do erro de proibição previstos no Código Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, desde que este seja expressamente previsto em lei.
- B) O erro de proibição, que recai sobre a ilicitude do fato, possui natureza estritamente relativa, sendo inapto para ensejar a isenção de pena do agente em qualquer hipótese.
- C) O erro sobre a pessoa, decorrente de equívoco na identificação da vítima pretendida, afasta o dolo e a culpa, operando-se a isenção de pena em face da ausência de correspondência com o alvo planejado.
- D) O erro plenamente evitável (vencível) sobre a ilicitude do fato atua como causa excludente da culpabilidade, tendo em vista a supressão do potencial conhecimento do caráter injusto do comportamento.
- E) O dolo permanece hígido e inalterado na conduta do agente ainda que este, no momento da ação, desconheça por completo elemento essencial ou circunstancial da descrição típica do crime.

24) NÃO exclui a imputabilidade penal:

- A) Doença mental.
- B) Desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
- C) Menoridade de 18 anos.
- D) Embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- E) Embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, que retire a capacidade de entendimento.

25) Acerca do concurso de pessoas (Arts. 29 a 31 do CP):

- A) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- B) A punibilidade é excluída para quem teve participação de menor importância.
- C) O ajuste, a determinação e o auxílio são sempre puníveis, mesmo que o crime não chegue à execução.
- D) O mentor do crime sempre recebe a mesma pena do executor, sem agravantes.
- E) Não se comunica a circunstância de caráter pessoal, mesmo quando elementar do crime.

26) Os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral tutelam a moralidade, a impessoalidade e a probidade administrativa. No que concerne à tipicidade formal e às elementares constitutivas do crime de Corrupção Passiva, previsto no Artigo 317 do Código Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Configura-se pela conduta de prometer ou oferecer vantagem indevida a funcionário público, com o fim de determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- B) Consubstancia-se no comportamento do agente público que solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de

assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem.

C) Caracteriza-se pelo ato de apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.

D) Aperfeiçoa-se pelo mero retardamento ou omissão de ato de ofício por parte do funcionário, de forma puramente culposa, decorrente de acúmulo de serviço na repartição e independentemente de qualquer motivação pessoal ou obtenção de vantagem.

E) Define-se pela subtração de patrimônio público pertencente à Administração Federal, mediante o emprego de violência ou grave ameaça à pessoa, valendo-se o agente de facilidades logísticas decorrentes do cargo exercido.

27) Extingue-se a punibilidade, EXCETO por:

A) Morte do agente.

B) Anistia, graça ou indulto.

C) Casamento da vítima com o agressor nos crimes sexuais.

D) Prescrição, decadência ou perempção.

E) Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.

28) Sobre o Inquérito Policial (IP), assinale a opção CORRETA:

A) É um procedimento judicial obrigatório.

B) Nos crimes em que a ação pública depender de requisição do Ministro da Justiça, o IP não poderá ser iniciado sem ela.

C) A autoridade policial pode arquivar o IP se convencer-se da inocência do réu.

D) O sigilo do IP impede o acesso do advogado aos autos já documentados.

E) O IP deve ser concluído em 24 horas se o réu estiver preso.

29) A ação penal, como direito público subjetivo de pleitear a prestação jurisdicional do Estado para a aplicação do direito penal objetivo, é regida por condições específicas e princípios informadores fundamentais. Consideradas as normas expressas do Código de Processo Penal brasileiro sobre a classificação, os princípios e as condições da ação penal, assinale a alternativa CORRETA:

A) A titularidade da ação penal pública é outorgada de forma absoluta e privativa ao Ministério Público, não remanescendo qualquer hipótese constitucional ou legal de legitimação concorrente ou subsidiária a terceiros.

B) A queixa-crime, instrumento inicial da ação penal de iniciativa exclusivamente privada, prescinde de capacidade postulatória e formalização escrita, podendo ser apresentada oralmente e diretamente pelo ofendido perante a autoridade judiciária no rito comum.

C) Em decorrência do princípio da oportunidade e da independência funcional, assiste ao Ministério Público a prerrogativa de desistir da ação penal pública após a sua regular propositura perante o juízo competente.

D) A representação do ofendido, nos crimes de ação penal pública condicionada, assume a natureza de condição de procedibilidade e torna-se irretratável depois de oferecida a denúncia pelo Ministério Público.

E) Na ação penal de iniciativa privada, o início da persecução penal em juízo é governado pelo princípio da obrigatoriedade, impondo-se ao querelante o dever de acionar o aparato judiciário contra todos os autores da infração penal.

30) Determina-se a competência jurisdicional, prioritariamente, pelo:

A) Domicílio da vítima.

B) Lugar em que se consumar a infração.

C) Local da sede do Tribunal.

D) Local onde a denúncia foi protocolada.

E) Local da residência do Procurador da República.

31) Sobre a Restituição de Coisas Apreendidas (Arts. 118 a 120 do CPP):

A) As coisas apreendidas serão restituídas imediatamente, mesmo que interessem ao processo.

B) Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

C) O escrivão de polícia pode determinar a restituição por conta própria.

D) Coisas cujo fabrico seja ilícito devem ser devolvidas após o pagamento de multa.

E) Dinheiro apreendido nunca pode ser restituído.

32) A atividade probatória no processo penal assume papel central na reconstrução dos fatos e na formação do convencimento motivado do magistrado, sendo delimitada por regras de admissibilidade, produção e valoração. Consideradas as diretrizes expressas do Código de Processo Penal sobre as Provas, assinale a alternativa CORRETA:

A) O juiz pode condenar o réu baseando-se exclusivamente em elementos do inquérito policial.

B) No caso de infrações que deixam vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

C) A prova testemunhal é inadmissível se o réu confessar.

D) O juiz fica adstrito ao laudo pericial, não podendo rejeitá-lo.

E) O ônus da prova de álibi cabe ao Ministério Público.

33) No que concerne à disciplina jurídica da Prisão em Flagrante no ordenamento processual penal pátrio, que delimita os sujeitos autorizados a realizá-la, seus requisitos formais e as garantias do detido, assinale a alternativa CORRETA:

A) Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

B) O flagrante é permitido apenas para crimes com pena de reclusão.

- C) A nota de culpa deve ser entregue ao preso em 48 horas.
- D) O juiz não pode relaxar a prisão em flagrante se for ilegal.
- E) O silêncio do preso durante o flagrante é prova de culpa.

34) A sentença penal condenatória deve conter, entre outros elementos:

- A) Apenas a parte dispositiva.
- B) A indicação de que o réu poderá recorrer.
- C) A dispensa de fundamentação em casos de réu confesso.
- D) Obrigatoriamente o perdão judicial.
- E) O nome do réu, a exposição sucinta da acusação e da defesa, os motivos de fato e de direito e a indicação dos artigos de lei aplicados.

35) Qual o prazo de carência para a concessão do benefício de Auxílio-Doença (Auxílio por Incapacidade Temporária), em regra?

- A) 06 contribuições.
- B) 10 contribuições.
- C) 12 contribuições.
- D) 24 contribuições.
- E) Não há carência.

36) O segurado que, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, apresentar sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho tem direito ao:

- A) Auxílio-reclusão.
- B) Auxílio-acidente.
- C) Aposentadoria por idade.
- D) Salário-família.
- E) Benefício de Prestação Continuada.

37) Sobre a Pensão por Morte, conforme previsão da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991:

- A) É devida apenas se o segurado estivesse aposentado.
- B) Cessa quando o dependente completa 18 anos.
- C) Exige carência de 180 contribuições.
- D) O valor é sempre de 2 salários mínimos.
- E) É paga aos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não.

38) O Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) é garantido a idosos e pessoas com deficiência que comprovem baixa renda. A idade mínima para o idoso é de:

- A) 65 anos.
- B) 60 anos.
- C) 70 anos.
- D) 55 anos.
- E) 62 anos.

39) O Regime Geral de Previdência Social (RGPS), estruturado sob o princípio contributivo e de filiação obrigatória, classifica seus segurados em razão do exercício de atividade remunerada ou da manifestação voluntária de vontade. À luz das diretrizes constitucionais e das normas expressas da Lei nº 8.213/1991, assinale a alternativa que apresenta uma categoria que NÃO se enquadra como segurado obrigatório da Previdência Social:

- A) O empregado doméstico.
- B) O trabalhador avulso.
- C) O segurado facultativo.
- D) O contribuinte individual.
- E) O segurado especial.

40) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

- A) Os menores de 16 anos.
- B) Os que, por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- C) Os maiores de 16 e menores de 18 anos.
- D) Os que possuem deficiência mental grave.
- E) Os idosos com mais de 80 anos.

41) Consideram-se bens MÓVEIS para os efeitos legais:

- A) O solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- B) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- C) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- D) Os direitos reais sobre imóveis.
- E) Os materiais provisoriamente destacados de um prédio, para nele se reempregarem.

42) No âmbito do Direito Civil pátrio, a higidez das declarações de vontade é protegida contra distorções causadas por situações de prementes pressões externas ou induzimento a erro. À luz das normas vigentes sobre os Defeitos do Negócio Jurídico, o instituto do Estado de Perigo caracteriza-se quando:

- A) Alguém, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional.

- B) Alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- C) O agente emite declaração de vontade enganado por terceiro.
- D) Há intenção de prejudicar credores.
- E) O erro é substancial e poderia ser percebido por pessoa de diligência normal.

43) A respeito da Extinção das Obrigações, a CONFUSÃO ocorre quando:

- A) O devedor oferece prestação diversa da devida e o credor aceita.
- B) Uma nova obrigação substitui a anterior.
- C) Na mesma pessoa se confundem as qualidades de credor e de devedor.
- D) Duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra.
- E) O credor perdoa a dívida.

44) As pessoas jurídicas constituem sujeitos de direito dotados de personalidade própria, distinta da de seus membros, figurando como centros autônomos de imputação de direitos e obrigações. Consideradas as diretrizes fundamentais e as regras expressas do Código Civil brasileiro acerca das Pessoas Jurídicas, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o nascimento com vida dos sócios.
- B) As associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.
- C) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- D) A fundação pode ser criada apenas verbalmente.
- E) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser feita de ofício pelo juiz, sem pedido da parte.

45) No que concerne aos Benefícios Previdenciários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), em conformidade com a Lei nº 8.213/1991 e as normas constitucionais vigentes, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O auxílio-doença (atualmente denominado auxílio por incapacidade temporária) é devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, cumprida a carência quando exigida por lei.
- B) O auxílio-acidente possui natureza indenizatória e será concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- C) A aposentadoria por invalidez (atualmente denominada aposentadoria por incapacidade permanente), uma vez concedida por decisão judicial ou administrativa, torna-se definitiva e inalterável, sendo vedado ao INSS convocar o segurado para novas perícias de reavaliação da incapacidade.

D) A pensão por morte é o benefício pago aos dependentes do segurado, aposentado ou não, que falecer, sendo o valor calculado conforme as regras vigentes na data do óbito.

E) O salário-família é devido, mensalmente, aos segurados empregados (inclusive os domésticos) e aos trabalhadores avulsos, na proporção do número de filhos ou equiparados de até 14 (quatorze) anos de idade ou inválidos, desde que o segurado seja considerado de baixa renda nos termos da lei.

46) O conceito legal de tributo formulado pelo ordenamento jurídico brasileiro é essencial para a delimitação da atividade financeira do Estado e para a proteção das garantias dos contribuintes. Considerando a definição analítica de tributo expressamente positivada no Artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa CORRETA:

A) O tributo constitui uma prestação pecuniária eminentemente facultativa, instituída por meio de lei ou ato administrativo do Poder Executivo, cuja cobrança independe de atividade administrativa vinculada.

B) A natureza jurídica do tributo impede que ele seja instituído em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, devendo sua prestação ser adimplida exclusivamente mediante a prestação de serviços ou entrega de bens de valor equivalente (in natura).

C) O tributo caracteriza-se por ser uma prestação pecuniária compulsória que não constitui sanção de ato ilícito, o que o distingue conceitualmente das multas, sendo instituído em lei e cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

D) A definição legal de tributo constante no CTN autoriza expressamente que a prática de um ato ilícito (como o exercício de atividade criminosa) funcione como hipótese de incidência ou fato gerador de uma espécie tributária.

E) Por se tratar de uma receita pública derivada, o tributo pode ter sua obrigação principal instituída de forma discricionária por regulamento aduaneiro, prescindindo do princípio da estrita legalidade tributária.

47) O imposto que incide sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é de competência dos:

A) Estados.

B) Municípios.

C) União.

D) Distrito Federal apenas.

E) Autarquias federais.

48) A imunidade tributária que proíbe a cobrança de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros (União, Estados e Municípios) é a:

A) Imunidade Religiosa.

B) Imunidade Musical.

C) Imunidade Recíproca.

D) Isenção Fiscal.

E) Anistia.

49) A relação jurídica tributária estabelecida entre o sujeito ativo e o sujeito passivo decorre do princípio da estrita legalidade, estruturando-se a partir do nascimento da obrigação tributária principal. À luz das normas expressas e dos conceitos fundamentais estabelecidos pelo Código Tributário Nacional (CTN), o fato gerador da referida obrigação define-se como:

- A) O ato formal de preenchimento e transmissão da declaração de ajuste anual de imposto sobre a renda por parte do sujeito passivo.
- B) A situação jurídica ou fática expressamente definida em lei como necessária e suficiente à ocorrência da obrigação tributária principal, operando a subsunção do caso concreto à norma abstrata.
- C) A manifestação voluntária e discricionária do contribuinte no sentido de adimplir a guia de arrecadação ou o boleto bancário emitido pelo ente tributante.
- D) O procedimento administrativo de fiscalização e homologação deflagrado de ofício pela Receita Federal ou por outra autoridade fazendária competente.
- E) O decurso do prazo decadencial fixado para que a Fazenda Pública constitua o crédito tributário através do ato de lançamento administrativo.

50) As Taxas podem ser instituídas em razão do:

- A) Enriquecimento do contribuinte.
- B) Lucro das empresas estatais.
- C) Aumento do valor de imóveis decorrente de obra pública.
- D) Consumo de energia elétrica residencial apenas.
- E) Exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis.



FOLHA DE RESPOSTA

Nome do candidato(a): _____

QUESTÃO	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					

QUESTÃO	A	B	C	D	E
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					

FOLHA DE RASCUNHO

QUESTÃO	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					

QUESTÃO	A	B	C	D	E
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					